

2

# ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos



# ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos

# 2

SETEMBRO DE 2019

 Hora de ler



**Título: ANAIS LEIRIENSES – estudos & documentos – 2**

**Editor:** Carlos Fernandes

**Coordenador Científico:** Saul António Gomes

(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

**Conselho Consultivo:** Cristina Nobre, Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, João Bonifácio Serra, João Pedro Bernardes, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Miguel Portela, Pedro Redol e Ricardo Charters d’Azevedo

**Concepção e arranjo da capa:** Gonçalo Fernandes

**Colecção:** ANAIS LEIRIENSES – 2

 **Hora de ler**

© Hora de Ler, Unipessoal Lda.

Urbanização Vale da Cabrita  
Rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, 37 - r/c Esq.  
2410-270 LEIRIA - PORTUGAL  
e-mail: horadelercf@gmail.com  
Telef.: 244212003 - Tlm: 966739440

Facebook: [https://www.facebook.com/Hora-de-Ler-2263586547021316/?modal=admin\\_todo\\_tour](https://www.facebook.com/Hora-de-Ler-2263586547021316/?modal=admin_todo_tour)

Revisão e coordenação editorial: Hora de ler

Montagem e concepção gráfica: Hora de ler

Impressão: Artipol

**1.ª edição: Setembro 2019**

Edição 1018/19

Depósito Legal: 454238/19

ISSN: 2184-4135

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

# Arquitetura e refuncionalização contemporânea de alguns espaços rurais do Mosteiro de Alcobaça

**Maria do Céu Tereno\***

**Marízia Clara Pereira\*\***

**Maria Filomena Monteiro\*\*\***

## Introdução

As granjas cistercienses, além do seu papel económico, desempenharam uma função estruturante no património arquitetónico e desenvolvimento urbanístico, especialmente na época de maior implantação. As suas construções obedeceram aos conceitos arquitetónicos estabelecidos no “Plano Cisterciense”, com as adaptações necessárias às especificidades de cada uma, e que se projetaram nas povoações<sup>1</sup> que foram nascendo nas proximidades ou pelo próprio desenvolvimento<sup>2</sup>.

No âmbito do património arquitetónico, mereceu atenção por representar um fator cultural significativo, como é o caso do conjunto histórico das granjas cistercienses.

---

\* Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora, Colégio dos Leões, Estrada dos Leões, 7000-208 Évora, Portugal, tel. 00351266745300, ceutereno@gmail.com

\*\* Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora Colégio Luís António Verney, Rua Romão Ramalho, nº 59, 7000-671 Évora, Portugal, tel. 00351266745300, mariziacmdp3@gmail.com

\*\*\* Divisão de Cultura e Património, Câmara Municipal de Évora, Praça de Sertório, 7004-506 Évora, Portugal, tel. 00351266777000, filomena.monteiro@cm-evora.pt

<sup>1</sup> Maria Alegria Fernandes Marques – “Os Coutos de Alcobaça: das Origens ao Século XVI”, in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: edições Colibri, 1998, p. 182.

<sup>2</sup> Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 133.

A contingência de poderem subsistir autonomamente, determinava a procura de locais favoráveis para a implantação dos mosteiros e das granjas cistercienses, em locais isolados e sempre que possível na proximidade de rios (água corrente potável), florestas e terrenos férteis. O facto de intervirem nestes locais deixou marcas não só na arquitetura (Fig. 1), mas também na paisagem envolvente.



Fig. 1 – “Le Portugal et ses Frontières” (extrato da carta da província da Estremadura com Alcobaça e os seus coutos com indicação de algumas granjas e o limite da área de estudo). Fonte: Albernaz (1595-1662), publicação Matriti (1662).

### Quinta do Campo

A antiga Granja de Valado dos Frades, de fundação bastante remota, pertence ao conjunto de granjas fundadas no século XIII<sup>3</sup>, e é conhecida pela designação de Quinta do Campo, no século XVIII (Figs. 2 e 3).

<sup>3</sup> Frei Fortunato de S. Boaventura, *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça*, 1892, título II, cap. IV, p. 41, ver também J. V. Natividade – *Obras Várias II*, “As Granjas do Mosteiro de Alcobaça”, p. 65, onde menciona que: “Verifica-se já existirem nessa época no território cisterciense pelo menos as Granjas seguintes: Granja do Valado, Granja das Colmeias, Granja de Cós, Granja do Vimeiro e Granja Nova (Santa Catarina)”. Em Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, séc. XII a 1325*, Lisboa, 1992, p. 143, afirma-se: “Se aceitarmos como autêntica a carta já referida, de Honório III, introduzida a afirmação de Gregório IX, teremos as seguintes granjas, em 1227: Chaqueda, Jardim, Mesão Frio, Évora, Marrondo, Turquel, Almofala, Ferreira,

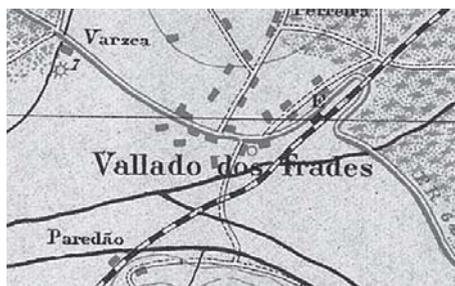


Fig. 2 – Carta corográfica de Alcobaça. Folha 26-B (1900). Fonte: <http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual>.



Fig. 3 – Vista aérea do conjunto da antiga granja. Fonte: Booking.com.

Foi considerada, dentro do conjunto das granjas pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça, como uma das escolas agrícolas modelares instituídas pelo mesmo, e que permite obter uma visão mais próxima da obra realizada pelos monges cistercienses, porque os seus proprietários<sup>4</sup> tiveram a preocupação de adequar, quanto possível, as suas necessidades às estruturas existentes de modo a não apagar os vestígios da obra inicial.

Apresenta um conjunto coeso que se manteve (Fig. 4), desde a sua fundação no século XII até à atualidade<sup>5</sup>.

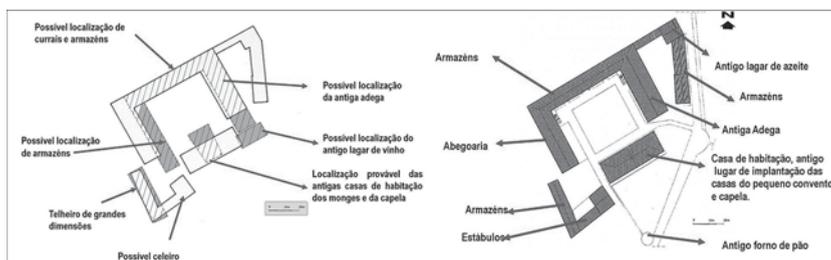


Fig. 4 – Planta da Quinta do Campo. Distribuição das funções e dos espaços – segundo o tomo de 1782, e utilização atual. Fonte: desenho de M. C. Tereno.

Carvalho Benfeito, Vimeiro, Valbom, Salir, Mota, Alfeizerão, Bacelo, Torre de Framondo, Pescaria, Cella (Nova), Bário, Valado...".

<sup>4</sup> Tem a particularidade de se encontrar na mesma família quase desde a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, data em que deixou de pertencer ao Mosteiro de Alcobaça, o que não aconteceu na maioria dos casos.

<sup>5</sup> M. V. Natividade, *O Mosteiro de Alcobaça, Notas históricas*, Coimbra, 1885, p. 40, onde refere: "A Quinta do Campo, hoje propriedade do Sr. Manuel Yglésias, foi uma das melhores escolas agrícolas que havia nos coutos. Pela extinção das ordens religiosas passou à fazenda real, que a deu ao Conde de Villa Real em compensação de prejuízos de guerra, no valor de 100:000\$000 réis".

De referir alguns acontecimentos que tiveram relevância na história da Quinta do Campo. Em 1296, foi mencionada a Granja do Valado no Auto de Demarcação das Igrejas dos Coutos de Alcobaça, sendo criada em 1291, uma escola de hidráulica agrícola a pedido do Rei D. Dinis. Esta granja era no século XIV, uma das melhores escolas agrícolas dos coutos. No séc. XVIII, beneficiou da iniciativa do abade Fr. Manuel de Mendonça, o principal responsável pelo enxugo das terras do Valado produzindo campos extremamente férteis. Em auto de 1782 que consta do Tombo<sup>6</sup> da Quinta do Campo, o registo da área e marcação dos limites da mesma, inclui elementos relevantes para a perceção dos antigos espaços rurais. Em 2005, foi considerada como – IIP – Imóvel de Interesse Público, pela Portaria n.º 1276/2005 do DR, 2.ª série, n.º 243 de 21 dezembro 2005.

Do ponto de vista paisagístico, a área do vale conhecida como a várzea da Cela/Valado dos Frades, foi inicialmente ocupada por um estuário lagunar – a lagoa da Pederneira. As zonas emersas que marginavam o estuário poderão ter sido povoadas desde o Paleolítico, comprovada pelas várias explorações arqueológicas. Segundo Henriques (2012) até ao período romano, a região poderia apresentar condições propícias às práticas agro-pastoris e consequentemente favoráveis à implantação e expansão de núcleos urbanos. De acordo com a mesma autora, os recursos económicos e estratégicos oferecidos pelos ambientes estuarinos e lagunares foram determinantes na estrutura do povoamento romano e no traçado das vias de comunicação, confirmados pela abundância de vestígios arqueológicos descobertos na região.

Na Época Medieval ocorreram mudanças climáticas e oscilação do nível do mar que conduziram a consideráveis alterações ambientais e que proporcionaram grande desenvolvimento económico e social. No século XVIII, os monges de Cister introduziram na região novas técnicas agrícolas, que levariam à deflorestação para obtenção de novas áreas para cultivo, contribuindo para a erosão dos solos, cujos detritos eram vertidos na lagoa. A ação antrópica, a oscilação do mar e o preenchimento sedimentar do estuário foram favoráveis para o progressivo assoreamento da lagoa, tornando-a num vale muito rico de ponto de vista agrícola (Fig. 5).

Este conjunto encontra-se classificado como imóvel de interesse público<sup>7</sup>, integrando zona especial de proteção.

<sup>6</sup> *Autos do Tombo da Quinta do Campo, Treslado em pública forma dos autos de demarcação e medição da Quinta do Campo, e mais cincam Justificações a ellas juntas por linha.* Coleção particular.

<sup>7</sup> Portaria 1276/2005 (2ª série). Considerando o disposto na Lei 107/2001, de 8 de Setembro, nomeadamente nos artigos 15º, 18º e 28º.

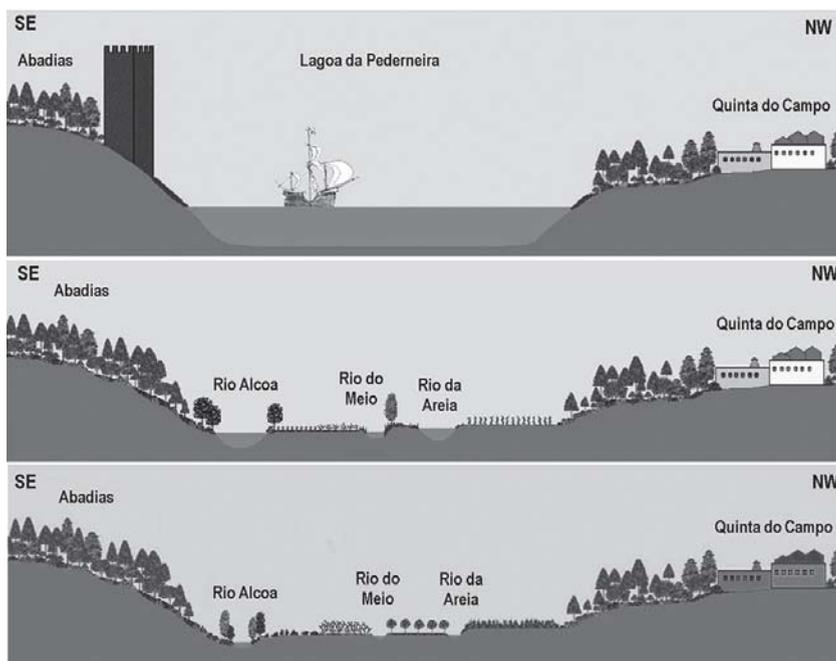


Fig. 5 – A Lagoa da Pederneira no século XIV, século XVIII e situação atual.

Fonte: desenhos de M. Pereira.

### Quinta de Vale de Ventos

A Quinta de Vale de Ventos pertenceu aos monges de Alcobaça e foi uma granja cisterciense do século XVIII<sup>8</sup>. Ocupa uma área de aproximadamente 300 hectares na encosta oeste da Serra dos Candeeiros (Figs. 6 e 7) e orienta-se, no conjunto da sua massa edificada no sentido da sua maior dimensão a nordeste/sudoeste<sup>9</sup>.

A descrição de José P. S. Oliveira e Souza (1929, p. 135) transmite a noção da dimensão da quinta: “... é enorme o olivedo; cobre uma vasta parte do sopé da Serra dos Candeeiros, e tem um bonito aspeto visto em conjunto.

<sup>8</sup> J.V. Natividade, *A Região de Alcobaça, – Algumas notas sobre o estudo da sua agricultura população e vida rural*, Alcobaça, 1920, p.141, sobre as dimensões do perímetro desta Quinta, refere: “Nas terras de Alcobaça nunca existiu a grande propriedade. A terra esteve sempre nas mãos do cultivador e apenas as quintas que pertenciam ao Mosteiro, e só depois da saída dos monges passaram para o domínio particular, constituíam excepção a essa regra”.

<sup>9</sup> José Diogo Ribeiro, *Memórias de Turquel*, Porto, 1908, p. 92.

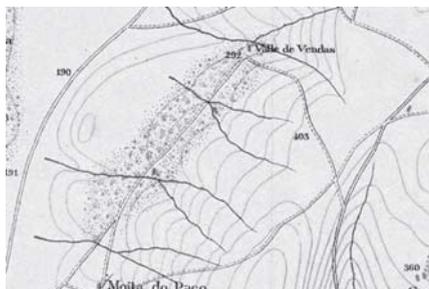


Fig. 6 – Carta corográfica de Caldas da Rainha. Alcobaca. Folha 26-D (1902).

Fonte: <http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual>.



Fig. 7 – Quinta de Vale de Ventos.

Fonte: Google Maps, 2019.

*O olival, a capela, os lagares, os depósitos de água, denominados localmente pia do olival e pia da serra, as tulhas e o aviário, tudo é obra dos monges alcobacenses. Além do olival, possui a Quinta terras de pão e montado podendo dar pasto para rebanhos, cujo leite tem consumo ali...”*

Esta granja (Figs. 8 e 9) foi outrora um couto agrícola, tendo sido considerada como uma das mais modernas na história dos Coutos de Alcobaca. Nela, os monges mandaram plantar um extenso olival cujas árvores estariam dispostas numa matriz geométrica.



Fig. 8 – Quinta de Vale de Ventos – Planta do conjunto com indicação dos edifícios.

Fonte: desenho M. C. Tereno, 2015.



Fig. 9 – Quinta de Vale de Ventos – Vista da capela e do edifício de habitação.

Fonte: acervo pessoal.

Os grandes reservatórios de águas pluviais, entre eles, a Pia da Serra, permitiriam a rega dos pomares de limeiras e laranjeiras nas encostas. As zonas planas seriam votadas provavelmente para os milheirais de regadio e cultura de leguminosas de grão (Fig. 10). A erosão do solo, a degradação da

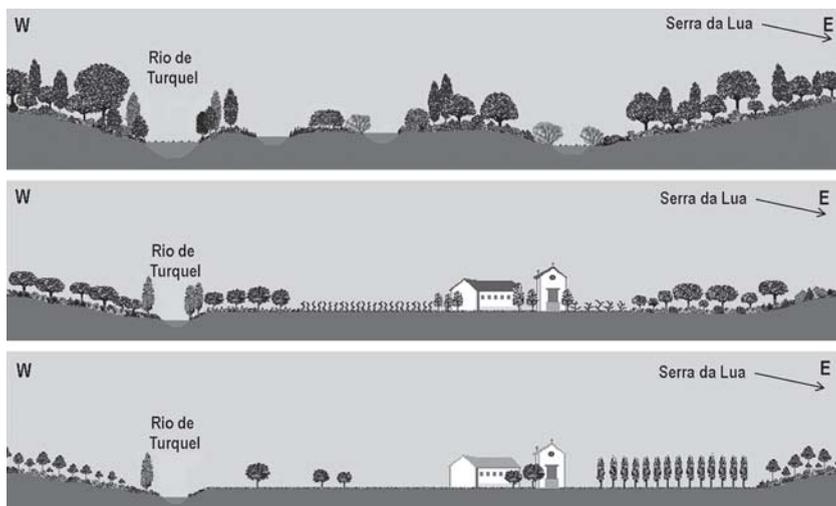


Fig. 10 – A Lagoa da Pederneira no século XIV, século XVIII e situação atual.

Fonte: desenhos de M. Pereira.

vegetação natural, a alteração do uso do solo e a drenagem dos terrenos agrícolas poderão ter contribuído para o abandono progressivo da granja. Encontra-se numa fase de degradação paisagística bastante avançada.

Este imóvel ainda não se encontra classificado, constando dos Imóveis e conjuntos edificados integrados no inventário municipal do património<sup>10</sup>.

### Quinta do Vimeiro

A quinta do Vimeiro situa-se próximo da povoação do Vimeiro (Figs. 11 e 12). Segundo Frei Fortunato de S. Boaventura, esta granja existia em 1269, data em que por ordem do Bispo de Lisboa, D. João Martins Soalhães, se fez a delimitação dos coutos, entre eles a granja do Vimeiro que foi incluída na freguesia de Alvorninha. Também J.V. Natividade (1944) situa-a nos meados do século XIII, no conjunto das granjas monásticas (Figs. 13 e 14). Em tempos foi designada Quinta do Frade, onde funcionou uma importante escola agrícola com lagares de azeite e de vinho, adega e celeiro.

Na atualidade não são reconhecíveis vestígios das estruturas arquitetónicas da época medieval cisterciense e isso, como nos diz J.V. Natividade

<sup>10</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/97, referente à Ratificação do Plano Diretor Municipal de Alcobaça, artigo 33.



Fig. 11 – Carta corográfica de Caldas da Rainha. Folha 26-D (1900).

Fonte: <http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual>.



Fig. 12 – Quinta do Vimeiro.

Fonte: Google Earth, 2019.



Fig. 13 – Quinta do Vimeiro. Vista atual do conjunto da antiga granja.

Fonte: acervo pessoal.



Fig. 14 – Visto global da Quinta do Vimeiro.

Fonte: acervo pessoal.

(1944), é compreensível tendo em conta a renovação de algumas estruturas que se encontravam decadentes, determinada pelo Marquês de Pombal, que fez desaparecer os vestígios medievais. Por esse motivo os edifícios existentes remontam ao século XVIII.

A povoação do Vimeiro está situada ao longo de uma extensa planície cultivada e fértil, enquadrada por colinas arborizadas e retalhada por três ribeiros que desaguam nos rios Baça e Alfeizerão. A toponímia da povoação, provém da palavra vime, os ramos compridos e flexíveis de uma espécie de salgueiro, utilizado desde a antiguidade no fabrico de cestos e móveis. Este nome estará relacionado com a abundância deste salgueiro que poderia crescer nos terrenos pantanosos e nas margens dos ribeiros que inundavam as várzeas férteis da quinta do Vimeiro (Figs. 15 e 16), nos quais os monges agrónomos implementaram extensos pomares de laranjeiras e limoeiros. Estes foram substituídos, à presente data, por vinha.



Fig. 15 – Quinta do Vimeiro – Planta do conjunto com distribuição das funções e dos espaços (visita efetuada em 2005). Fonte: desenho de M. C. Tereno.

Fig. 16 – Quinta do Vimeiro – Vista do interior do conjunto. Fonte: acervo pessoal.

A Mata Nacional do Vimeiro com cerca de 270 hectares e que pertenceu a esta antiga granja é património do Estado, encontrando-se classificada como nacional, integrando quatro matas (Roda, Gaio, Ribeira e Canto) com dominância de carvalhos (Fig. 17). Nos últimos anos têm sido feitas plantações de eucaliptos (*Eucalyptus spp.*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e castanheiros (*Castanea sativa*).

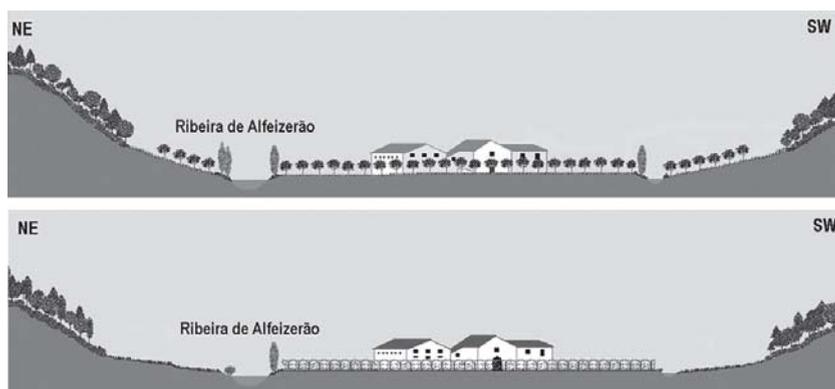


Fig. 17 – A Quinta do Vimeiro no século XIV, século XVIII e situação atual.

Fonte: desenhos de M. Pereira

Este imóvel não se encontra classificado, apesar de em 1982 ter sido proposta a classificação do antigo conjunto rural monástico, pela Comissão Instaladora do Museu Nacional de Arte Antiga. Encontra-se integrado na listagem de imóveis e conjuntos edificados do inventário municipal do património<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/97, referente à Ratificação do Plano Diretor Municipal de Alcobaça, artigo 33.

## Lagar da Ataija

Foram instaladas nos coutos do Mosteiro de Alcobaça, várias edificações ligadas à produção agrícola e ao desenvolvimento do território, que integrando ou não as granjas, eram as estruturas de maior expressão.

De antiguidade remota<sup>12</sup>, a Ataija é um local onde foi encontrado um espólio muito significativo da época do neolítico e de épocas posteriores. A povoação da Ataija de Cima pertence à freguesia de S. Vicente de Aljubarrota e ao concelho de Alcobaça (Figs. 18 e 19).

Frei Manuel de Mendonça promoveu a plantação de grandes oliveis na zona serrana no século XVIII e o lagar da Ataija e casa do monge lagareiro foram construídos pelos monges alcobacenses.



Fig. 18 – Carta corográfica de Alcobaça. Folha 26-B (1900). Fonte: <http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual>.

Fig. 19 – Lagar da Ataija de Cima. Fonte: Google Earth, 2019.

A localização do lagar (Figs. 20 e 21), próximo da antiga Lagoa Ruiva, obedecia aos requisitos exigidos por esta atividade. A energia utilizada para o funcionamento destas estruturas era habitualmente a hidráulica<sup>13</sup>, razão que apontava para a construção dos lagares próximo de ribeiras. Não se pode excluir a energia animal, que foi utilizada no lagar da Ataija, dadas as características da sua arquitetura. Encontra-se situado dentro de uma quinta murada, denominada de Quinta da Cerca.

A descrição, feita por J. V. Natividade (1942), do estado em que viu o lagar na sua infância (Fig. 22): “... *nesta época constrói o Mosteiro o lagar-modelo da Ataija, hoje em ruína. Ainda o conhecemos, há talvez trinta anos,*

<sup>12</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Leiria, Lisboa, 1955.

<sup>13</sup> Ob. cit., p. 125.



Fig. 20 – Casa do Monge Lagareiro  
– Lagar da Ataija. Fonte: acervo pessoal.



Fig. 21 – Casa do Monge Lagareiro  
– Lagar da Ataija. Fonte: acervo pessoal.

*tal qual o deixaram os monges. Dentro de uma cerca, na vizinhança da Lagoa Ruiva, erguia-se a vasta edificação com ampla alpendrada em cujas paredes se abriam, graciosamente, os nichos do pombal. Oito varas gigantescas, quatro de cada lado, peso contrapeso, ocupavam o primeiro compartimento (21,80 m por 11,10 m). Seguia-se-lhe a casa dos moinhos (35,50 m por 9,50 m) com as telhas para a azeitona, numerosas, mas de pequenas divisões, em parte embebidas nas grossas paredes. Os estábulos ocupavam outro compartimento separado. Junto ao lagar, e voltada a nascente, levantava-se a residência do frade-lagareiro, na fachada da qual ainda hoje se veem as armas do Mosteiro, de curioso desenho. No rés-do-chão deste corpo, guardava-se o azeite em grandes pias de pedra”, mostra a grande dimensão desta estrutura agrícola.*

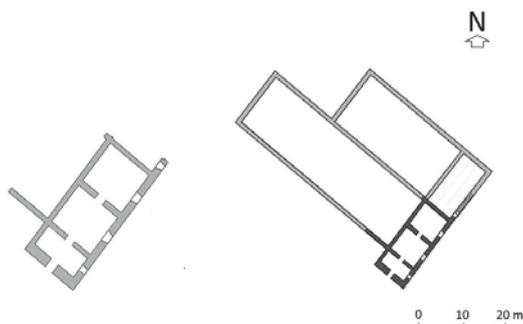


Fig. 22 – Lagar da Ataija. Remanescente do antigo lagar, do lado esquerdo da figura, e desenho representando proposta de reconstituição do conjunto, com base na descrição de J. V. Natividade. Fonte: desenho de M. C. Tereno.



Fig. 23 – Lagar da Ataija. Bração de Armas da Ordem de Cister que encima a fachada principal da Casa do Monge Lagareiro. Fonte: acervo pessoal.

O lagar dos Frades ou a casa do monge lagareiro (Fig. 23), na Ataija de Cima, construído para processar as safras dos olivais, situava-se a pouca distância da Lagoa Ruiva numa região próxima da Serra dos Candeeiros. Fr. Manuel de Mendonça, na época abade do Mosteiro de Alcobaça, deu um grande impulso à plantação de extensos olivais que já tinha sido iniciada no século XVII, em terrenos poucos férteis nas encostas da serra, além da drenagem dos campos de Alfeizerão, Valado dos Frades e Maiorga. A localização do lagar próximo da antiga lagoa devia obedecer às características necessárias para a produção de azeite, que segundo Natividade (1942) deveria situar-se junto de uma lagoa para obterem a água necessária para as diversas operações de processamento da azeitona. Após a partida dos monges cistercienses, a Lagoa Ruiva foi entulhada em 1959, para a edificação de um campo de futebol, o “Estádio da Rã” e respetivas estruturas de apoio.

A paisagem envolvente ao lagar é caracterizada por uma extensa planície arenosa onde predominam os pinhais de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e manso (*Pinus pinea*) e junto à serra dos Candeeiros, principalmente em encostas muito inclinadas e com afloramentos rochosos crescem eucaliptais (*Eucalyptus spp.*), explorados em talhadia (Fig. 24).

O Lagar da Ataija foi considerada como IIP – Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 67/97, DR, 1.ª série-B, n.º 301 de 31 dezembro 1997, anexo 1.

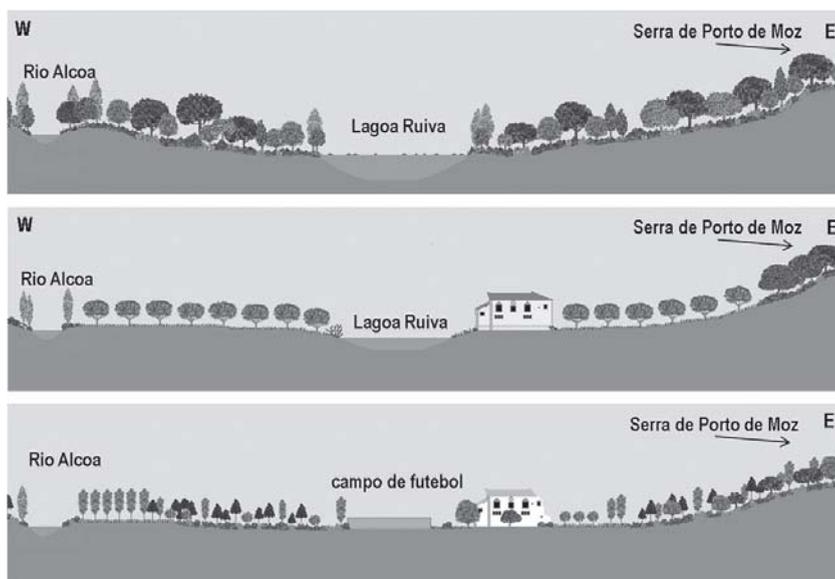


Fig. 24 – Lagar da Ataija século XIV, século XVIII e situação atual. Fonte: desenho de M. Pereira.

## Celeiro de Aljubarrota

A vila de Aljubarrota é de fundação bastante remota e teve foral atribuído por D. Fr. Pedro Egas, em 1230. A localidade de Aljubarrota situa-se a aproximadamente 3,5 km a nordeste de Alcobaça, na estrada em direção a Batalha e Porto de Mós e tem um desenvolvimento longilíneo, ao longo da estrada (Fig. 25).

Procurámos edifícios que pudessem relacionar-se com a antiga granja de Aljubarrota (Fig. 26), referenciada a partir do século XIII e foram encontrados alguns que pelas suas características arquitetónicas parecem ter pertencido à granja.

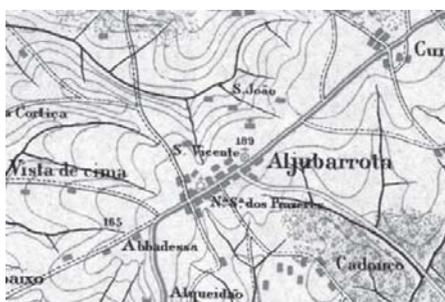


Fig. 25 – Celeiro dos Frades – Aljubarrota. Carta corográfica de Alcobaça. Folha 26-B (1900). Fonte: <http://www.dgterritorio.pt/museuvirtual>.



Fig. 26 – Celeiro dos Frades – Aljubarrota. Fonte: Google Earth, 2019.

Um, em particular, destacou-se pela configuração e dimensões significativas, relativamente aos outros edifícios existentes na vila (Figs. 27 e 28). Este edifício, o antigo celeiro, situa-se no núcleo mais antigo da Vila de



Fig. 27 – Celeiro dos Frades – Aljubarrota. Vista do alçado principal. Fonte: acervo pessoal.



Fig. 28 – Celeiro dos Frades – Aljubarrota. Vista do alçado posterior. Fonte: acervo pessoal.

Aljubarrota, junto do Largo do Pelourinho, paralelamente à Rua Direita, com orientação noroeste/sudeste.

De aspeto maciço, com espessas paredes de alvenaria que podem ser observadas nos vãos das janelas, apresenta planta retangular, de um só piso, com cerca de 20 metros de comprimento e 10 metros de largura. A cobertura é feita em telhado de duas águas com inclinação pouco pronunciada. O alçado, que consideramos como o principal, apresenta uma altura de cerca de 6 metros, virado para a Rua Direita, e apresenta diversos vãos distribuídos de forma algo aleatória. Tem na totalidade cinco vãos, dois dos quais são portas.

A paisagem envolvente é monótona e caracterizada essencialmente por um relevo ondulado com manchas florestais de eucalipto (*Eucalyptus spp.*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e manso (*P. pinea*). Pontualmente surgem olivais, vinhas e pequenas hortas nos arredores dos pequenos núcleos urbanos (Fig. 27).



Fig. 29 – Situação atual da casa do Celeiro de Aljubarrota. Fonte: desenho de M. Pereira.

O estado de conservação do Celeiro de Aljubarrota é razoável, e até há pouco tempo, nele funcionava a Associação dos Caçadores da Freguesia de Aljubarrota. Atualmente pertence ao Município de Alcobaça.

## Conclusão

O estudo comparativo e as visitas aos locais permitiram fazer uma avaliação dos conjuntos rurais estudados cuja síntese se apresenta nos quadros 1, 2 e 3.

### **Conjuntos edificados:**

1. Quinta do Campo com reutilização vocacionada para o turismo, encontra-se em boas condições de conservação e mantém as características mais próximas do que teria sido a ocupação no tempo dos monges.

2. Quinta de Vale de Ventos está quase ao abandono, estando dedicada à exploração agrícola e pecuária.

3. Quinta do Vimeiro, recuperada, apresenta quer do ponto de vista do edificado e do uso do solo, o estado mais bem conservado.

***Estruturas agrícolas independentes:***

1. Lagar da Ataija de Cima, em ruína, com um plano de salvaguarda e aproveitamento, que tarda em ser concretizado.

2. Celeiro de Aljubarrota, devoluto e para venda. Agravamento progressivo do seu estado de conservação.

***Paisagem envolvente:***

Constata-se a degradação e alteração da vegetação natural que terá sido, provavelmente, progressiva ao longo dos tempos.

As regiões onde estão implantadas as granjas cistercienses estudadas, apresentam atualmente uma vegetação muito alterada devido a introdução de espécies exóticas (*Eucalyptus* sp., *Arundo donax*, ...).

Em tempos remotos, poderia provavelmente ter havido grandes manchas de florestas densas nas quais era comum a recolha de lenha e frutos. Comparativamente com a situação atual verificou-se que houve uma redução drástica de tais manchas arbóreas.

**Quadro 1 – Avaliação do património construído**

Estado de conservação	Classificação	Estrutura rural/granja
Estruturas rurais	Excelente	Quinta do Campo Quinta do Vimeiro
	Bom	—
	Razoável	Celeiro de Aljubarrota
	Degradado	Quinta de Vale de Ventos Lagar da Ataija
	Encoberto (vegetação)	—

**Quadro 2 – Avaliação do património natural**

Tipo de paisagem	Classificação	Estrutura rural/granja
Natural e intervencionada	Excelente	—
	Bom	—
	Razoável	Quinta do Campo
	Degradado	Quinta do Vimeiro Celeiro de Aljubarrota
	Encoberto (vegetação)	Quinta de Vale de Ventos Lagar da Ataija

**Quadro 3 – Avaliação (síntese) do património construído e natural**

Síntese	Classificação	Estrutura rural/granja
Paisagem/conservação	Notável	—
	Aprazível	Quinta do Campo
	Razoável	Quinta do Vimeiro
	Aceitável	Celeiro de Aljubarrota
	Ruínas	Lagar da Ataija
	Não aplicável	Quinta de Vale de Ventos

## Bibliografia

- Autos do Tombo da Quinta do Campo, Treslado em pública forma dos autos de demarcação e medição da Quinta do Campo, e mais cincam Justificações a ellas juntas por linha.* Coleção particular.
- BARBOSA, Pedro Gomes – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, séc. XII a 1325.* Lisboa: edição do Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

- GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*. Lisboa: edição Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Os coutos de Alcobaça: das origens ao século XVI”, in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: edições Colibri, 1998.
- HENRIQUES, Maria Virgínia Faria João – “O litoral dos coutos de Alcobaça evolução sedimentar e histórica da Lagoa da Pederneira”, in *Mosteiros Cistercienses História, Arte, Espiritualidade e Património*, Tomo III. Lisboa: edição do Ministério da Cultura, IPPAR, 2012.
- S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de – *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça*, Lisboa: edição Imprensa Régia, 1892.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Leiria. Lisboa: edição da Academia Nacional de Belas Artes, 1955.
- NATIVIDADE, J. Vieira – “As Granjas do Mosteiro de Alcobaça”, in *Obras Várias II*. Alcobaça: edição do Grémio da Lavoura da Região de Alcobaça, 1944.
- NATIVIDADE, J. Vieira – *A Região de Alcobaça, Algumas notas sobre o estudo da sua agricultura população e vida rural*. Alcobaça: edição ISA, 1920.
- NATIVIDADE, J. Vieira – Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça, Alcobaça: edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do 1º Centenário da Morte do Professor Joaquim Vieira Natividade, 1942.
- NATIVIDADE, M. Vieira – *O Mosteiro de Alcobaça, Notas históricas*. Coimbra: editora Imprensa Progresso, 1885.
- SOUZA, José Pedro Saldanha Oliveira e – *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal*. Lisboa: editora Tipografia Inglesa, 1929.
- RIBEIRO, José Diogo – *Memórias de Turquel*. Porto: editora Typ. Universal, 1908.